



CUIDADOR SOCIAL

31. (CONCURSO CRATO/2021) Segundo Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, no art. 4º, a assistência social rege-se pelos seguintes princípios, exceto:

- A) supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.
- B) particularização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas.
- C) respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade.
- D) igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais.
- E) divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

32. (CONCURSO CRATO/2021) A Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, quando da instituição do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e competências, assinale a alternativa correta:

- A) É órgão superior de deliberação colegiada, vinculado à estrutura do órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, cujos membros, nomeados pelo Presidente da República, têm mandato de três anos, permitida uma única recondução por igual período.
- B) O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) é composto por 15 membros e respectivos suplentes, cujos nomes são indicados ao órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, de acordo com critérios estabelecidos.

C) O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) é presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros, para mandato de um ano, sendo permitida duas reconduções por igual período.

D) O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) contará com uma Secretaria Executiva, a qual terá sua estrutura disciplinada em ato do Poder Executivo.

E) Não compete ao Conselho Nacional de Assistência Social aprovar a Política Nacional de Assistência Social.

33. (CONCURSO CRATO/2021) Dentre as competências apontadas no art. 19, da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, compete ao órgão da administração pública federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, exceto:

A) coordenar e articular as ações no campo da assistência social.

B) prestar assessoramento técnico aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às entidades e organizações de assistência social.

C) elaborar e encaminhar a proposta orçamentária da assistência social, em conjunto com as demais da Seguridade Social.

D) encaminhar à apreciação do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) relatórios semestrais e bianuais de atividades e de realização financeira dos recursos.

E) formular política para a qualificação sistemática e continuada de recursos humanos no campo da assistência social.

34. (CONCURSO CRATO/2021) O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Para os efeitos desta Lei, adolescente é aquela entre pessoa entre:

A) doze e dezoito anos de idade.

B) dez e dezoito anos de idade.

C) doze e dezoito anos de idade.

D) onze e dezoito anos de idade.

E) onze e dezoito anos de idade.



35. (CONCURSO CRATO/2021) Ainda em relação Estatuto da Criança e do Adolescente quando trata do Direito à Convivência Familiar e Comunitária, julgue os itens a seguir:

- I. Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 3 (três) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou pela colocação em família substituta, em quaisquer modalidades previstas no art. 28 desta Lei.
- II. A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 28 meses, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.
- III. Será garantida a convivência integral da criança com a mãe adolescente que estiver em acolhimento institucional.
- IV. Serão cadastrados para adoção recém-nascidos e crianças acolhidas não procuradas por suas famílias no prazo de 60 dias, contado a partir do dia do acolhimento.

É CORRETO o que se afirma em:

- A) Itens I, II e IV apenas
- B) Itens I e III apenas
- C) Itens II, III e IV apenas
- D) Item III, apenas
- E) Todos os itens.

36. (CONCURSO CRATO/2021) A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Com base na referida lei, julgue os itens a seguir:

- I- acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações,

transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

- II- desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva.
- III- tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.
- II- adaptações razoáveis: quaisquer componentes de obras de urbanização, tais como os referentes a pavimentação, saneamento, encanamento para esgotos, distribuição de energia elétrica e de gás, iluminação pública, serviços de comunicação, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico.
- V- residências inclusivas: unidades de oferta do Serviço de Acolhimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas) localizadas em áreas residenciais da comunidade, com estruturas adequadas, que possam contar com apoio psicossocial para o atendimento das necessidades da pessoa acolhida, destinadas a jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência, que não dispõem de condições de autossustentabilidade e com vínculos familiares fragilizados ou rompidos.

É CORRETO o que se afirma em:

- A) Itens I, II, III e IV apenas.
- B) Itens II, III, IV e V apenas.
- C) Itens I, II, III e V apenas.
- D) Itens II e V Apenas.
- E) Todos os itens.

37. (CONCURSO CRATO/2021) A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa



com Deficiência) considera barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros. Assinale a alternativa na qual a classificação de barreiras está adequada segundo a referida lei:

- A) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo.
- A) barreiras atitudinais: as existentes nos edifícios públicos e privados.
- C) barreiras tecnológicas: as existentes nos sistemas e meios de transportes.
- D) barreiras nos transportes: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação.
- E) barreiras as comunicações e na informação: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias.

38. (CONCURSO CRATO/2021) Faz-se importante que o cuidador social conheça acerca do direito à assistência social, ao transporte e mobilidade. Neste sentido, de acordo com Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), assinale a alternativa correta.

- A) Os serviços, os programas, os projetos e os benefícios no âmbito da política pública de assistência social à pessoa com deficiência e sua família têm como objetivo apenas a garantia da segurança de renda.
- B) Os serviços socioassistenciais destinados à pessoa com deficiência em situação de dependência deverão contar com cuidadores sociais para prestar-lhe cuidados básicos e instrumentais.
- C) A assistência social à pessoa com deficiência deve envolver conjunto articulado de serviços do âmbito da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial, sem oferta pelo Suas, para a garantia de seguranças

fundamentais no enfrentamento de situações de vulnerabilidade e de doença.

- D) É assegurado à pessoa com deficiência que não possua meios para prover sua subsistência nem de tê-la provida por sua família o benefício mensal de até meio salário-mínimo
- E) Em relação ao do direito ao transporte e à mobilidade, o direito ao transporte e à mobilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida será assegurado em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, somente por meio da identificação.

39. (CONCURSO CRATO/2021) Sobre a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), julgue os itens a seguir e, assinale a alternativa correta:

- I. A ênfase da proteção social especial deve priorizar a reestruturação dos serviços de abrigamento dos indivíduos que, por uma série de fatores, não contam mais com a proteção e o cuidado de suas famílias, para as novas modalidades de atendimento.
- II. A proteção social de Assistência Social consiste no conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo SUAS para redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional.
- III. A proteção social especial tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

É VERDADE o que se afirma em:

- A) Itens I e II apenas.
- B) Itens II e III apenas.
- C) Itens I e III apenas.
- D) Item III Apenas.
- E) Todos os itens.

40. (CONCURSO CRATO/2021) Ainda em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente:

"O procedimento para imposição de penalidade _____ por infração às normas de proteção à criança e ao adolescente terá início



por representação _____, e assinado por _____ testemunhas, se possível."

As lacunas podem ser corretamente preenchidas:

- A) Administrativa/ do Ministério Público, ou do Conselho Tutelar, ou auto de infração elaborado por servidor efetivo ou voluntário credenciado/ duas
- B) Cível/ Ministério Público, ou do Conselho Tutelar/ uma
- C) Penal/ do Ministério Público, ou do Conselho Tutelar apenas/duas
- D) Administrativa/ do Ministério Público, ou do Conselho Tutelar, ou auto de infração elaborado por servidor contratado/três
- E) Cível/ Conselho Tutelar, ou auto de infração elaborado por servidor efetivo ou voluntário credenciado/duas

41. (CONCURSO CRATO/2021) O Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (2013), aponta indicadores que são estabelecidos considerando-se algumas premissas, as quais passam a discorrer por eixos no Plano Nacional. Sobre tais eixos, assinale a alternativa que NÃO contém Eixo previsto no referido plano. que os indicadores sejam estabelecidos considerando-se algumas premissas, as quais se passa a discorrer por eixos do Plano Nacional:

- A) Eixo Atenção
- B) Eixo Defesa e Responsabilização
- C) Eixo Comunicação e Mobilização social
- D) Eixo Participação e Protagonismo
- E) Eixo Cuidado e Autopromoção

42. (CONCURSO CRATO/2021) Em relação ao Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (2013), no que se refere ao EIXO: PREVENÇÃO e ao objetivo: Assegurar ações preventivas contra o abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes, fundamentalmente pela educação, sensibilização e auto-defesa. Assim, constitui-se um dos indicadores de monitoramento deste eixo:

- A) Número de programas, ações e serviços implementados por organizações governamentais e não governamentais visando à prevenção ao tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual.
- B) Número de atendimentos especializados de crianças e adolescentes em situação de abuso e/ou exploração sexual realizado por programas e serviços.
- C) Número de serviços especializados em apurar crimes contra crianças e adolescentes nas forças de segurança existentes no país.
- D) Número de organizações que ofertam formação profissional a adolescentes em situação de abuso e/ou exploração sexual.
- E) Número programas, serviços ou ações que envolvam crianças e adolescentes em atividades que valorizam sua identidade, raízes e cultura local.

43. (CONCURSO CRATO/2021) Com base nas Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009), sabe-se que o atendimento humanizado de crianças e adolescentes em serviços de acolhimento necessita de articulação entre o Sistema Único de Saúde - SUS e o Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Nos serviços de acolhimento, para que a acolhida inicial seja afetuosa e não represente uma re-vitimização de crianças e adolescentes é importante que o serviço disponha de:

- A) equipe técnica, educadores/cuidadores ou famílias acolhedoras disponíveis e capacitados para a realização de acolhida afetuosa e segura, capazes de compreender as manifestações da criança ou adolescente no momento de chegada que envolve ruptura, incerteza, insegurança e transição.
- B) espaço físico destinado à acolhida inicial daqueles que estão chegando, adequado, sem necessidade de acomodação daqueles que chegarem durante o período noturno, visto que o maior fluxo no serviço é sempre pela manhã.
- C) fluxos de comunicação eficiente e ágil dos órgãos encaminhadores. Apesar dos fluxos serem fundamentais para que os profissionais do serviço de acolhimento sejam comunicados previamente acerca de cada novo acolhimento, não é importante preparar o ambiente e aqueles que já se encontram acolhidos para a chegada do novo colega.



- D) No caso específico de crianças e adolescentes que estejam em situação de rua, a acolhida inicial deve ser feita de modo punitivo já que pode nem ocorrer a construção de vínculo de confiança com o mesmo.
- E) Durante o período de acolhimento, não é necessário favorecer a construção da vinculação de afeto e confiança com a equipe técnica, educador/cuidador ou família acolhedora e colegas pois, ao longo do acolhimento a criança e o adolescente não precisam dialogar com a equipe técnica e com educador/ cuidador de referência (ou família acolhedora) sobre suas impressões e sentimentos relacionados ao fato de estar afastado do convívio com a família.
- 44. (CONCURSO CRATO/2021) Em relação ao Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, assinale a alternativa correta:**
- A) O apoio à criança e ao adolescente em situação de vulnerabilidade social passa necessariamente pelo apoio à sua família e pela melhoria das condições de vida em suas comunidades.
- B) É fundamental potencializar as competências da família para o enfrentamento de situações de suas vulnerabilidades, contudo o foco não deve ser o empoderamento e o protagonismo das famílias, mas somente, a autonomia e a vida independente da pessoa com deficiência.
- C) O apoio às famílias deve se pautar pelo respeito à diversidade dos arranjos familiares, às diferenças étnico-raciais e socioculturais bem como à equidade de gênero, de acordo com a Constituição Federal. A defesa dos direitos de cidadania não deve ter cunho universalista, considerando todos os atores sociais envolvidos no complexo das relações familiares e sociais e tendo impacto emancipatório nas desigualdades sociais.
- D) Atenção especial deve ser dada aos adolescentes nos programas de Acolhimento Institucional, sobretudo àqueles cujas possibilidades de reintegração à família de origem foram esgotadas e têm reduzidas possibilidades de colocação em família substituta, face às dificuldades de se encontrar famílias para os mesmos. O atendimento, nestes casos, não precisa perseverar o apoio ao fortalecimento dos vínculos comunitários, na qualificação profissional e na construção do projeto de vida.
- E) É importante destacar que, a situação de pobreza se constitui motivo suficiente para o afastamento do convívio familiar e institucionalização da criança e do adolescente - Art. 23 do ECA - nem a presença de uma deficiência, transtorno mental ou outros agravos.
- 45. (CONCURSO CRATO/2021) Em relação Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, assinale a alternativa correta quando da organização de registros sobre a história de vida e desenvolvimento de cada criança e adolescente:**
- A) A equipe técnica do serviço de acolhimento deverá organizar prontuários individuais com registros sistemáticos que incluam: histórico de vida, motivo do acolhimento, data de entrada e desligamento, documentação pessoal, informações sobre o desenvolvimento (físico, psicológico apenas), condições de saúde, informações sobre a vida escolar, etc.
- B) Crianças e adolescentes com deficiência, transtornos mentais e necessidades específicas de saúde devem ter registros e informações que favoreçam a prestação de cuidados adequados, inclusive, relativos à sua saúde.
- C) Devem ser organizados registros quinzenais de cada criança e adolescente, nos quais conste relato sintético sobre a rotina, progressos observados no desenvolvimento, vida escolar, socialização, necessidades emergenciais, mudanças, encontro com familiares, dados de saúde, etc.
- D) Os registros mencionados anteriormente, devem conter, ainda, informações sobre a família de origem, o trabalho desenvolvido com vistas à reintegração familiar (visitas, encaminhamentos, acompanhamento em grupo, encontros da família com a criança ou adolescente, preparação para a reintegração, etc.) sem necessidade de registrar o acompanhamento da família acolhedora, se for o caso.
- E) Os registros devem ser acessíveis à equipe, caso a criança ou adolescente seja novamente acolhida. Sempre que possível, a fim de promover um sentido de identidade própria, a criança e o adolescente - com o apoio de um educador/cuidador, família acolhedora ou pessoa previamente preparada - não devem ter a oportunidade de organizar um livro de sua história de vida que reúna informações, fotografias e lembranças referentes a cada fase de sua vida, ao qual poderão ter acesso ao longo do ciclo vital.